

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90.073/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 31.673/2024
UASG N.º 985867

LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA., com sede na Rua Calçada das Camélias, 53, 1º Andar, Condomínio Centro Comercial Alphaville, no município de Barueri/SP, e-mail: juridico@linkbeneficios.com.br e fernando.santos@linkbeneficios.com.br, devidamente inscrita no CNPJ/MF 12.039.966/0001-11, Inscrição Estadual nº 152.123.140.110 e Inscrição Municipal nº 4.BK156-4, pelo seu procurador abaixo assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

De acordo com a Lei 14.133/2021, pelos fatos e fundamentos a seguir
expostos:

www.linkbeneficios.com.br

Rua: Calçada das Camélias, Condomínio Centro Comercial
Alphaville, Barueri, São Paulo- CEP 06453056

(19) 3114-2700



1. DOS FATOS

O objeto licitado pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo é o “Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de administração, gerenciamento e emissão de cartões magnéticos de alimentação, bem como, disponibilização dos respectivos valores de carga ou crédito de forma automática (online), para atender as famílias assistidas pelos equipamentos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREA), pelo período de 01 (um) ano”.

A participação da Link Card decorre de sua expertise no ramo de concessão de gerenciamento de frotas e benefícios sociais por meio eletrônico com mais de 16 (dezesesseis) anos de experiência, sendo seu principal nicho de atuação a Administração Pública, o que lhe confere profundo conhecimento das práticas e ilegalidades comuns neste tipo de certame.

Após a análise detida ao Edital, a Impugnante identificou a presença de vícios formais e materiais que violam frontalmente a Lei nº 14.133/2021 e os princípios basilares da Licitação, notadamente a competitividade e o da busca pela proposta mais vantajosa.

Os vícios apontados colocam em risco a segurança jurídica do certame, violam a competitividade e podem levar à contratação de proposta inexequível, em manifesto prejuízo ao erário. Não há alternativa senão a correção imediata do Edital, conforme demonstrado no tópico de mérito a seguir.

2. DAS RAZÕES DE MÉRITO

Nos termos do artigo 5º e 9º da Lei 14.133/21, é vedado aos agentes públicos inserirem em atos de convocação cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame, *in verbis*:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da

eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato; (...)

Assim, considerando a omissão e a presença de exigências fundamentais e restritivas, não resta alternativa à Link Card, ora Impugnante, senão apresentar as inclusas razões, visando sanar os vícios presentes neste instrumento convocatório.

2.1. DA ILEGALIDADE DA VEDAÇÃO À TAXA ZERO OU NEGATIVA

Ilustre Pregoeiro, o primeiro vício que macula o certame é a decisão da Administração de fixar a taxa de administração em valor zero (0,00%), item 8, página 65, sob o pretexto de garantir a integralidade do benefício assistencial.

“8 – Descrição da solução como um todo: [...]

Considerando o princípio da economicidade e a necessidade de assegurar a integralidade do benefício assistencial destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, o Município opta pela renúncia da taxa de administração, fixando-a em valor zero. Essa medida garante que nenhum montante seja subtraído do crédito a ser disponibilizado aos beneficiários, assegurando que os recursos públicos sejam integralmente revertidos em favor da política de assistência social.

Importa ressaltar que, mesmo diante dos pedidos de esclarecimentos formulados durante a fase de instrução, a Procuradoria-Geral do Município aduziu expressamente que a Lei nº 14.442/2022 não se aplica à presente contratação, uma vez que tal diploma normativo disciplina relações de natureza trabalhista e de alimentação no âmbito privado, não se confundindo com benefícios assistenciais concedidos pelo Poder Público, no exercício de sua função social e de proteção às populações em situação de vulnerabilidade.

Assim, mantém-se a fundamentação de que a contratação está regida pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente no que concerne às regras sobre pagamento (art. 145), às exigências editalícias (art. 25) e à gestão contratual.

Dessa forma, a decisão administrativa pela renúncia da taxa mostra-se juridicamente adequada, socialmente justa e alinhada aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de atender diretamente ao interesse público primário.
[...]”

Embora o edital alegue que tal medida visaria assegurar a integralidade do benefício às famílias assistidas, a verdade é que a fixação de percentual obrigatório elimina o único fator de disputa da presente contratação, frustrando o disposto nos arts. 5º e 9º, I, “a” da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

A contratação envolve um serviço que possui custos de tecnologia, gestão, emissão, plataforma e manutenção de rede. A proibição de disputa por taxa impede que empresas que possuem fontes alternativas de receita, como taxa de credenciamento, antecipação de recebíveis, float financeiro e remuneração de rede, possam apresentar taxas menores, inclusive negativas, como reiteradamente reconhecido pelo TCU.

Portanto, é comum a oferta de taxas de administração iguais a 0 ou negativas, sem que isso represente proposta inexecutável, visto que a empresa possui diferentes fontes de ganhos, podendo renunciar a uma delas e remunerar-se pelas outras.

O TCU igualmente já consolidou o entendimento de que taxas negativas ou iguais a zero não configuram, por si só, inexecutabilidade.

No Acórdão nº 38/1996-Plenário, decidiu, *in verbis*:

“2. Deixar assente que, no que pertine às licitações destinadas ao fornecimento de vales refeição/alimentação, a admissão de ofertas de taxas negativas ou de valor zero, por parte da Administração Pública, não implica em violação ao disposto no art. 44, § 3º da Lei nº 8.666/93, por não estar caracterizado, a priori, que essas propostas sejam inexecutáveis, devendo ser averiguada a compatibilidade da taxa oferecida em cada caso concreto, a partir de critérios objetivos previamente fixados no edital.”



No mesmo sentido, o Acórdão nº 1.556/2014 – Segunda Câmara, assentou:

*“Em procedimentos licitatórios para operacionalização de vale refeição, **vale alimentação**, vale combustível e cartão combustível, deve ser avaliado, em cada caso concreto, se a admissão de ofertas negativas é exequível, **a partir de critérios previamente fixados em edital**” (TCU – Acórdão nº 1.556/2014, Segunda Câmara Rel. Ana Arraes em 14/04/2014).*

E ainda, o Acórdão nº 1.034/2012 - Plenário reforçou:

*“A oferta de taxa de administração negativa ou de valor zero, em pregão para prestação de serviços de fornecimento de **vale-alimentação**, **não implica inexecutabilidade da respectiva proposta**, a qual só pode ser aferida a partir da avaliação dos requisitos objetivos especificados no edital da licitação.” (Acórdão 1034/2012-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO)*

Além destas decisões do TCU, pode ser citada ainda uma série de decisões que caminham no sentido de que não deve ser vedada a oferta de taxas negativas, tampouco omitida a informação:

“7. Isso porque, conforme foi apurado na inspeção em apreço, a remuneração das empresas desse ramo não se restringe à taxa de administração cobrada ou aos rendimentos eventualmente obtidos no mercado financeiro. Fica assente neste trabalho que a remuneração dessas empresas advém também das taxas de serviços cobradas dos estabelecimentos conveniados (as quais variam de 1 a 8%), das sobras de caixa que são aplicadas no mercado financeiro e das diferenças em número de dias existentes entre as operações que realiza como emissão de tíquetes, utilização desse pelo usuário, pagamento dos tíquetes pelo cliente, reembolso à rede de credenciados.” (varia de 7 a 16 dias). (Decisão 38/1996 - Plenário)

*“9.2. dar ciência à Universidade Estadual do Maranhão de que, no pregão presencial 53/2011–CSL, verificou-se não aceitação de proposta de taxa de administração com percentual igual ou inferior a zero, assinalada na letra d.2 do subitem 5.1 do edital, não obstante este Tribunal tenha jurisprudência no sentido de que em processos licitatórios custeados com recursos federais para operacionalização de vale-refeição, **vale-alimentação**, vale-combustível e cartão combustível, deve ser avaliado, no caso concreto, se a admissão de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero é exequível, a partir de critérios previamente fixados no edital, conforme decisão 38/1996-Plenário;” (Acórdão 1556/2014 - Segunda Câmara. Processo TC 033.083/2013-4. Relator: Ana Arraes)*

Por fim, a doutrina também reforça essa tese, Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti destacam que a disputa pode se dar pela menor taxa de administração, inclusive igual a zero ou negativa:

“De acordo com esse critério de julgamento, vence a licitação a empresa que oferece a menor taxa de administração, podendo ser, inclusive, de 0% (zero por cento) ou negativa, como admitido no Acórdão nº 552/2008, Plenário, que assim assentou: 9.2.1. [...] a apresentação de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero não implica em violação ao disposto no art. 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93.”

Veja, que a imposição de taxa de administração obrigatoriamente igual a 0% produz, na prática, um benefício indireto e inconstitucional às micro e pequenas empresas.

Nos termos da Lei Complementar 123/2006, durante a fase de lances as ME/EPP possuem:

- Direito ao empate ficto;
- Direito de cobrir a proposta de empresas de maior porte;

Entretanto, quando a Administração fixa a taxa obrigatoriamente em 0%, todas as empresas, sendo grandes, médias ou pequenas empresas, são obrigadas a empatar nominalmente.

Nesse cenário, a aplicação automática do “empate ficto” concede às ME/EPP um novo e indevido privilégio, pois o edital elimina a disputa real, todas as empresas são forçadas ao mesmo valor e a lei concede às ME/EPP o direito de ajustar seu preço abaixo da primeira colocada mesmo não havendo diferença real a ser coberta.

Ou seja, o ato administrativo cria um “benefício em dobro”, primeiro porque impede empresas maiores de competir pelo preço e segundo porque concede às ME/EPP vantagem automática mesmo sem disputa real.



Trata-se de efeito distorcivo, anticoncorrencial e violador da isonomia, pois as empresas de grande porte nunca poderão vencer, já que não podem reduzir a taxa abaixo de 0%, pois o edital veda, e as ME/EPP têm direito legal de “desempate”, ainda que o preço seja absolutamente idêntico.

Trata-se, portanto, de uma preferência indevida e disfarçada, não prevista pela Lei Complementar nº 123/06, mas resultante de uma escolha administrativa equivocada. A imposição editalícia que veda a apresentação de taxas negativas configura restrição injustificada à competitividade, devendo ser eliminada para garantir a ampla participação das licitantes e assegurar à Administração Pública a obtenção da proposta mais vantajosa.

2.2. O DIRECIONAMENTO ILEGAL A ARRANJO DE PAGAMENTO ABERTO

O instrumento convocatório, em seu item 1.12, página 41, estabelece que a contratada deverá apresentar, implantar e manter rede de estabelecimentos aptos a aceitar cartões de alimentação em arranjo aberto, com aceitação ampla em diversos comércios e serviços do Município. Essa imposição limita tecnicamente a forma de execução do objeto e conduz, na prática, à obrigatoriedade de utilização de arranjo de pagamento aberto, que opera por meio de bandeiras e múltiplos intermediários.

“1.12. A contratada deverá apresentar, implantar e manter, durante toda a vigência contratual, rede de estabelecimentos credenciados aptos a aceitar os cartões de alimentação em arranjo aberto, de modo a possibilitar sua utilização em diversos comércios e serviços, abrangendo todos os bairros e distritos do Município de Nova Friburgo, garantindo capilaridade, amplo acesso, igualdade de atendimento e efetiva utilização do benefício pelos beneficiários, independentemente de sua localidade de residência.”

Veja que o Princípio da Competitividade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e a vedação a atos que "comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo" (art. 9º, I, "a", da Lei nº 14.133/2021) impõem à Administração o dever legal de manter o certame o mais amplo possível.



Tecnicamente, a gestão de benefícios por meio de cartões insere-se no âmbito dos arranjos de pagamento, regulados pela Lei Federal nº 12.865/2013 e normas do Banco Central do Brasil. Tais arranjos podem ser classificados em abertos ou fechados.

O modelo de Arranjo Aberto (Visa, Mastercard, Elo etc.), exige a intervenção de múltiplos agentes em sua operacionalização (bandeira, credenciadora/adquirente, subadquirente). Essa complexa cadeia de intermediários gera custos operacionais e tarifas que, inevitavelmente, oneram indiretamente a contratação ou reduzem a eficiência e a rastreabilidade do recurso público, veja:



Em contrapartida, o Arranjo Fechado é o modelo amplamente reconhecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como o mais adequado para programas de benefícios públicos de natureza social.

Nele, todas as etapas são centralizadas na própria instituição de pagamento: emissão do cartão, gestão das transações, repasse direto aos estabelecimentos credenciados e rigoroso controle de consumo.

A relação se estabelece de forma direta (pagador → instituição de pagamento → recebedor), eliminando intermediários e garantindo rastreabilidade, segurança e eficiência na aplicação dos recursos públicos.



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao analisar a restrição a arranjos de pagamentos, já se posicionou de forma cristalina no sentido de que a Administração deve abster-se de impor tecnologias específicas, prestigiando a neutralidade:

*“O que há é o afiançado pela Universidade de São Paulo em sua peça de justificativas, no sentido de que não há vedação a qualquer arranjo de pagamento, seja ele do tipo aberto ou do fechado, o que entendo estar aderente à linha de entendimento do e. Tribunal Pleno, em sede de exame prévio de edital, para que **não haja vedação e tampouco privilégio a uma ou outra tecnologia ou sistemática de pagamento.**” (TCE-SP. Julgamento do Exame Prévio de Edital TC-008227.989.23-3, Rel. Cons. Robson Marinho, Sessão de 10/05/2023)*

Além disso, a exigência de arranjo aberto, combinada com a obrigatoriedade da taxa de administração fixada em 0%, produz um segundo efeito restritivo, cuja consequência é conceder às ME/EPP um benefício indevido e adicional.

Com a taxa de administração obrigatoriamente igual a zero, todas as empresas são forçadas a ofertar o mesmo valor, ficando impedidas de diferenciar suas propostas por meio de taxas negativas. Nessa situação de empate, a aplicação automática do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123/2006 concede aos micros e pequenas empresas um privilégio automático, elas poderão cobrir um preço que, na realidade, não existe diferença real a ser coberta, pois o edital impede qualquer disputa efetiva.

Assim, o instrumento convocatório acaba por criar uma assimetria competitiva não autorizada por lei, pois além da preferência legal já existente às ME/EPP, o Município, concede um segundo nível de vantagem, ao impedir que as empresas de maior porte exerçam seu único fator de competição, a taxa administrativa.

Quando combinado com a restrição tecnológica do arranjo aberto, o cenário se agrava ainda mais, porque reduz o universo de concorrentes maiores, fazendo com que o “benefício dobrado” às ME/EPP se torne ainda mais impactante.



3. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer a esse Nobre Pregoeiro que RECEBA a presente Impugnação e suspenda o certame, para que se proceda as correções apontadas, conforme os termos apontados.

Nestes termos e com os inclusos documentos, pede provimento ao presente.

Barueri, Estado de São Paulo, 25 de novembro de 2025.

LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.

Fernando Romão dos Reis Santos
OAB/SP 539.531



PROCURAÇÃO

"AD JUDICIA" & "ET EXTRA"

LINK CARD ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, com endereço na Calçada das Camélias, 53, 1º andar, Condomínio Centro Comercial Alphaville, município de Barueri/SP, CEP: 06453-056, Telefone: (19) 3114-2700 e e-mail: juridico@linkbeneficios.com.br, devidamente inscrita no CNPJ/MF 12.039.966/0001-11, Inscrição Estadual nº 152.123.140.110, Inscrição Municipal nº 4.BK156-4, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Sr. **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 20.907.947-2 e CPF nº 186.425.208-17, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui os procuradores: **JOÃO VITOR LEITÃO BAETA NEVES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na **OAB/SP 467.743**, portador da cédula de identidade **RG. Nº 54.059.136-1 SSP/SP** e do **CPF nº 467.986.558-04**, **LEONARDO AUGUSTO GOMES FERNANDES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na **OAB/SP 439.290**, portador da cédula de identidade **RG. Nº 47.947.383-3 SSP/SP** e do **CPF nº 410.116.368-59**, **LUCAS HENRIQUE SALVETI**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na **OAB/SP 368.242**, portador da cédula de identidade **RG. Nº 48.407.853-7 SSP/SP** e do **CPF nº 400.930.868-06**, **MÁRCIO DINIZ DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na **OAB/SP 455.008**, portador da cédula de identidade **RG. Nº 43.308-110-7 SSP/SP** e do **CPF nº 346.435.898-41**. A Outorgante confere aos outorgados os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral e os contidos na cláusulas "*ad judicium*" e "*et extra*" para defesa de seus direitos e interesses, em qualquer Esfera, Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo-as até decisão final, podendo interpor os recursos legais, em primeira e superior instância, recorrer de despachos e sentenças, podendo ainda confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromissos, promover acordos e composições amigáveis, assinar compromissos, praticando, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal desempenho deste mandato, conferindo-lhes, por fim, poderes para substabelecer está a outrem, com reserva de poderes.

Data de Emissão: 25/03/2025.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA
JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA – SÓCIO PROPRIETÁRIO
RG: 20.907.947-2 / CPF: 186.425.208-17

www.linkbeneficios.com.br

Calçada da Camélias, 53 – Andar 1 – Condomínio Centro Comercial Alphaville
CEP: 06.453-056 – Barueri/SP
Telefone: (19) 3114-2700

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
2.025.189/25-4

14 05 25



**12º. INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

"LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA"

**Nire 35600829668
CNPJ 12.039.966/0001-11**

Por este instrumento, e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

I. RODRIGO MANTOVANI, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, natural de Ribeirão Preto/SP, nascido em 25.03.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.103.621 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 159.882.778-29, residente e domiciliado na cidade de Campinas / SP à Av. Dr. João Valente do Couto, n 305, casa 02, bairro Jardim Santa Genebra, CEP 13.080-040 e;

II. JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Brodowsqui/SP, nascido em 19.06.1972, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.907.947-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 186.425.208-17, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua das Abelias, nº 1.414, Condomínio Alphaville Dom Pedro, CEP 13.097-173.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada que gira na Cidade e Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, na Calçada das Camélias, nr. 53, 1º Andar, Condomínio Centro Comercial Alphaville, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06.453-056, sob o nome empresarial **LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA**, com seus atos constitutivos registrados na MM. Junta Comercial do Estado de São Paulo sob Nire 35.600.829.668 em sessão de 18 de fevereiro de 2015 ("Empresa"), tem justo e pactuado mais uma alteração de seus atos constitutivos, que se regerá pela Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, pelo contrato social e conforme o seguinte:



JUL 12
14 08 25

Cláusula 1ª: - DO ENCERRAMENTO DA FILIAL 002 DA SOCIEDADE

1.1. - Os sócios decidem, por unanimidade, encerrar a Filial 002, Nire 35.906.639.891, CNPJ sob nr. 12.039.966/0003-83 da sociedade.

1.2. - Em razão das decisões tomadas acima, a Sociedade fica desde já autorizada a tomar todas as providências e, cumprir com todas as formalidades necessárias para o encerramento da Filial 002 da Sociedade.

De comum acordo os sócios resolvem rever todas as cláusulas do Contrato Social original, consolidando-os, prevalecendo doravante, as cláusulas constantes do documento elaborado para constituir-se o novo instrumento contratual da empresa, como segue.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA**

"LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA"

**CAPÍTULO I
DO NOME EMPRESARIAL, SEDE, FORO, FILIAIS E OBJETIVOS**

Cláusula 1ª. - A presente sociedade empresária limitada operará sob a denominação de **LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA** e possui como únicos sócios **RODRIGO MANTOVANI**, já qualificado acima e, **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, já qualificado acima.

Cláusula 2ª. - A sociedade limitada tem sua sede e foro na cidade e comarca de Barueri, Estado de São Paulo na Calçada das Camélias, nº 53, 1º andar, Condomínio Centro Comercial Alphaville, CEP 06.453-056, podendo abrir e manter filiais, escritórios ou sucursais em qualquer parte do território nacional ou no exterior e desde que agregado à matriz contribuam para que sejam atingidos os objetivos sociais.

Parágrafo Único: A Empresa identifica sua filial:

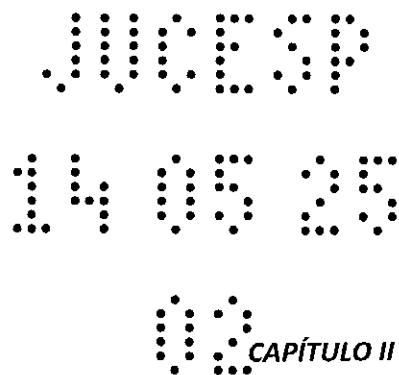
JUCESP
14 05 25

00

Filial 1 - estabelecida na Cidade de Campinas (SP), na Rua Baguaçu, nº 26, Sala 407 e 409, Loteamento Alphaville Campinas, CEP 13.098-326, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.039.966/0002-00, sob o NIRE 35.904.998.893, em sessão de 25.01.2016.

Cláusula 3ª. - A Empresa tem por objetivo social: *Consultoria e assessoria em gestão empresarial; administração de cartão débito de convenio e similares; emissão e administração de vale benefícios: vale-alimentação, vale-refeição, vale-cultura, vale-transporte, vale-combustíveis, vale-farmácia e similares; monitoramento e rastreamento de veículos, bem como a gestão e controle de frotas e equipamentos; gerenciamento do abastecimento de combustíveis e outros serviços por meio de cartões ou outra tecnologia; gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de cartões ou outra tecnologia; aluguel de periféricos e sistemas, para uso de cartões;; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis ou não-customizáveis sob encomenda ou não; participação em outras sociedades; Credenciamento de Clientes para aceitação de contratos; e atividade de arranjo de pagamento de compra e transferência, com conta de pagamento pré-paga e para uso doméstico, nos termos dos artigos 8º ao 10, do Regulamento Anexo à Circular 3.682/2016, do Banco Central do Brasil. Integram a atividade de arranjo de pagamento, (i) a prestação de serviços de gestão de moeda eletrônica depositada em conta de pagamento, na forma de carteira digital, inclusive para aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, transferência originada de ou destinada a conta de pagamento, execução de remessa de fundos e conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa; (ii) a emissão de instrumento de pagamento e administração de cartões de crédito, débito, convênio e serviços, de emissão própria ou emitidos por terceiros; e (iii) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.*

Parágrafo Único: *A Empresa explora atividade econômica empresarial de forma organizada, sendo, portanto, uma SOCIEDADE LIMITADA, NOS TERMOS DO ARTIGO 1.052 E SEGUINTE DA Lei Federal Nº 10.406/2002 (Código Civil).*



INÍCIO, DURAÇÃO E ENCERRAMENTO DA EMPRESA

Cláusula 4ª. - A sociedade limitada teve seu início em 18 de fevereiro de 2015, sendo indeterminado o seu tempo e duração.

Cláusula 5ª. - A sociedade limitada poderá além dos casos previstos em Lei ser dissolvida pelos sócios.

Cláusula 6ª. - Na hipótese de ser deliberada a dissolução da sociedade limitada, os sócios farão levantar na época, um balanço especial de encerramento sendo certo que, após pagas as dívidas existentes, o saldo partível será ressarcido aos sócios.

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E ATIVIDADE DO TITULAR

Cláusula 7ª. - A sociedade limitada será administrada e representada pelos únicos sócios **RODRIGO MANTOVANI** e **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, na qualidade de administradores, individualmente ou em conjunto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores "ad juditia" ou "ad negotia", desde que conste no instrumento os poderes delegados.

Cláusula 8ª. - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade limitada, os atos dos diretores que a envolverem em obrigações relativas aos negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como, mas não se limitando a avais, fianças, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando se referirem diretamente com os negócios sociais.

JUCEP

14 05 25

03

Cláusula 9ª. - Fica expressamente proibido aos diretores aceitar e avalizar títulos, prestar fianças, oferecer garantias de quaisquer espécies, mesmo em caráter particular, em negócios estranhos à Empresa.

Cláusula 10ª. - O mandato dos diretores será por tempo indeterminado.

Cláusula 11ª. - Aos sócios é vedado o uso do nome empresarial em atos estranhos aos objetivos sociais, em benefício próprio ou de terceiros, sejam fianças, avais, etc. respondendo os sócios perante a Empresa e perante terceiros, pelos atos que praticar contrários ao presente dispositivo.

Cláusula 12ª. - As políticas e procedimentos internos da sociedade limitada para controle e prevenção dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, deverão ser aprovadas pela Diretoria da Empresa e observarão as seguintes diretrizes: (I) elaborar um manual interno das políticas e procedimentos indicado as responsabilidades dos integrantes de cada nível hierárquico da instituição; (II) contemplar a coleta e registro de informações tempestivas sobre clientes, que permitam a identificação dos riscos de ocorrência da prática dos mencionados crimes; (III) definir os critérios e procedimentos para seleção, treinamento e acompanhamento da situação econômico- financeira dos empregados da Empresa; (IV) incluir a análise prévia de novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção dos mencionados crimes; e (V) receber ampla divulgação interna.

Parágrafo Único: Os procedimentos internos devem incluir medidas prévia e expressamente estabelecidas que permitam confirmar as informações cadastrais dos clientes e identificar os beneficiários finais das operações e possibilitar a caracterização ou não de clientes como pessoas politicamente expostas.

Cláusula 13ª. - A sociedade limitada deve observar política de governança, aprovada pela Diretoria, que aborde os aspectos relativos ao gerenciamento de riscos, gestão de patrimônio e à preservação do valor e da liquidez das moedas eletrônicas emitidas.

JUCEP
14 05 25

02

Parágrafo Único – A política de governança da sociedade limitada deve ser adequadamente documentada e submetida a revisões anuais, com a documentação mantida à disposição do Banco Central do Brasil; definir atribuições e responsabilidades; e garantir a independência das atividades de gerenciamento de riscos, inclusive mediante segregação entre a área operacional e a de gestão de risco.

CAPÍTULO IV

CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

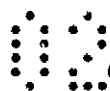
Cláusula 14ª. - O capital social, subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente deste país, é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões reais), dividido em 8.000.000 (oito milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, detido, em sua totalidade, pelos sócios **RODRIGO MANTOVANI** e **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, da seguinte forma:

NOME	QUOTAS	VALOR R\$	PARTICIPAÇÃO
JOAO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA	4.000.000	4.000.000,00	50%
RODRIGO MANTOVANI	4.000.000	4.000.000,00	50%

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos os Sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos previstos no artigo 1.052 do Código Civil.

Parágrafo Segundo – Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (I) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da Empresa; (II) não respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da Empresa, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da Empresa; (III) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela Empresa; e (IV) não compõem o ativo da Empresa, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.

JUCESP
14 05 25



CAPÍTULO V

ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

Cláusula 15ª. - O exercício social coincidirá com o ano civil e será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, e é facultado à sociedade limitada levantar mensalmente ou a qualquer tempo balanço com apuração de resultados, sendo certo que os lucros ou prejuízos serão distribuídos ou suportados pelos sócios.

Cláusula 16ª. - Os sócios terão uma retirada mensal a título de pró labore, dentro dos limites da legislação do imposto de renda e da capacidade financeira da Empresa.

CAPÍTULO VI

CESSÃO DE TITULARIDADE, RETIRADA E FALECIMENTO DE SÓCIO

Cláusula 17ª. - A sociedade limitada poderá ser vendida, cedida ou transferida, observadas as disposições legais e do presente instrumento, e é impenhorável, não podendo ser objeto de liquidação, execução ou para garantir obrigações dos sócios.

Cláusula 18ª. - O falecimento dos sócios não implicará na dissolução da Empresa, continuando a mesma a existir com os herdeiros legais do falecido, mediante alvará judicial ou formal de partilha, por sentença judicial ou escritura pública.

Parágrafo Único – Não havendo interesse dos herdeiros em continuar com a Empresa, essa entrará em liquidação.

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

JUCEP
14 05 25

02

Cláusula 19ª. - O presente contrato poderá ser alterado no todo ou em parte, por deliberação dos sócios.

Cláusula 20ª. - Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos pelas disposições legais aplicáveis à espécie vigente à época dos fatos.

Cláusula 21ª. - Os administradores declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos por lei especial ou condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Cláusula 22ª. - Fica eleito o foro da cidade e comarca de Barueri, estado de São Paulo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato Social, com expressa exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JUL 2025
14 08 25

03

E, assim por estarem assim justos e contratados, os sócios lavram este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que serão assinadas por todos os sócios, juntamente com duas testemunhas para que sejam produzidos os seus jurídicos, fáticos e legais efeitos, em:

Barueri, 01 de abril de 2025.

Assinado eletronicamente por:
Rodrigo Mantovani
CPF: 159.882.778-29
Data: 07/05/2025 08:49:07 -03:00



RODRIGO MANTOVANI
Sócio

Assinado eletronicamente por:
JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA
CPF: 186.425.208-17
Data: 09/05/2025 10:18:49 -03:00



JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA
Sócio

Testemunhas:

Assinado eletronicamente por:
Sônia M. Battazza Vicinança
CPF: 820.199.328-49
Data: 09/05/2025 11:44:24 -03:00



Sônia Maria Battazza Vicinança
RG 8.016.088.8 SSP/SP

Assinado eletronicamente por:
Nayara G. da Silva Sobrinho
CPF: 384.575.408-74
Data: 09/05/2025 10:19:31 -03:00



Nayara G. da Silva Sobrinho
RG. 49.655.466-9 SSP/SP

JUCESP



MANIFESTO DE
ASSINATURAS



Código de validação: 82TRZ-83WRP-D2WJX-7N34N

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Rodrigo Mantovani (CPF 159.882.778-29) em 07/05/2025 08:49 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização	
104.28.63.101	Lat: -22,824159	Long: -47,035477
	Precisão: 15 (metros)	
Autenticação		
rodrigo@fitcard.com.br		
Email verificado		
2QPprzDa9DnqUOMnbAox5qm74bT3jLUJND8pPya6Apg=		
SHA-256		

- ✓ JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA (CPF 186.425.208-17) em 09/05/2025 10:18 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
172.225.209.49	Não disponível
Autenticação	
joao@fitcard.com.br	
Email verificado	
6bX3WcX46G2y073ZgWoimmA9RqPYQPGL5VC0UYPPFPc=	
SHA-256	

JUCESP

✓ Nayara G. da Silva Sobrinho (CPF 384.575.408-74) em 09/05/2025 10:19 -
Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
189.78.77.199	Não disponível
Autenticação	
nayara.sobrinho@jrscontab.com.br	
Email verificado	
LDI4JKp4jQDuVstRkofbX6t99GJzTho31eKm6/NEFmo=	
SHA-256	

✓ Sonia M. Battazza Vicinanza (CPF 820.199.328-49) em 09/05/2025 11:44 -
Assinado eletronicamente

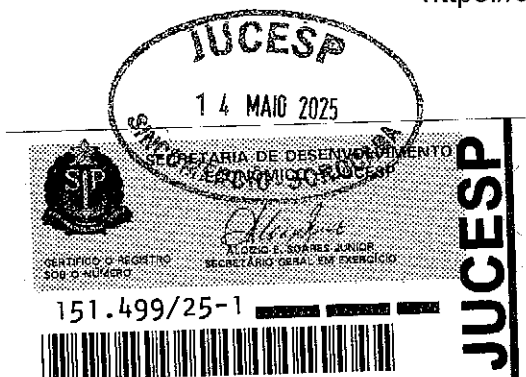
Endereço IP	Geolocalização
189.78.77.199	Não disponível
Autenticação	
sonia.vicinanca@jrscontab.com.br	
Email verificado	
EGInhRbbSNzPadUgqkk3CmKMnKRly3BYKb6f54HIT9I=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinatura.doccloud.com.br/validate/82TRZ-83WRP-D2WJX-7N34N>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinatura.doccloud.com.br/validate>



SUBSTABELECIMENTO

Eu, LEONARDO AUGUSTO GOMES FERNANDES, brasileiro, solteiro, devidamente inscrito nos Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo, n. 439.290, substabeleço, com reservas de iguais poderes, em favor da Dr. Fernando Romão dos Reis Santos, brasileiro, solteiro, portadora da Cédula de Identidade RG/SP/SSP n. 38.366.001-4 e do CPF/MF n.º 468.591.918-13, devidamente inscrito nos Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo, n. 539.531, os poderes a mim outorgados por LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA., estabelecida na Rua Calçada das Camélias, n. 53, 1º andar, Condomínio Centro Comercial Alphaville, no município de Barueri/SP – CEP: 06.453-056, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 12.039.966/0001-11, inscrição estadual sob o n. 152.123.140.110 e inscrição municipal sob o n. 4.BK156-4; e **suas filiais**, conforme instrumento procuratório anexo.

Barueri/SP, 07 de outubro de 2025.

LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.

Leonardo Augusto Gomes Fernandes

OAB/SP 439.290

